

Que futuro para as associações jurídicas?

O associativismo jurídico tem como origem e pano de fundo uma democratização da sociedade portuguesa que levou e leva os profissionais do mundo do direito a associarem-se entre si de modo a contribuir de forma eficaz para uma discussão séria e independente dos problemas e temas que lhes dizem mais directamente respeito.

Juízes, advogados, magistrados do Ministério Público, solicitadores, funcionários judiciais são profissionais que têm já um longo historial de associativismo até porque a ciência do direito apela e exige um permanente e constante diálogo e os juristas, habitualmente isolados nas suas decisões, têm necessidade de promover o debate de ideias.

O associativismo jurídico, sobretudo dos magistrados, apresenta-se na sua face mais visível para os cidadãos numa vertente sindical e esse activismo sindical tem tido um pendor bastante acentuado, contribuindo de forma indelével para a afirmação da independência dos juízes e do poder judicial perante o poder político.

Existe, no entanto, uma face menos visível do associativismo jurídico, mas não menos importante, e que, a meu ver deverá ganhar cada vez mais visibilidade junto da sociedade civil e que se concretiza precisamente na promoção do debate das temáticas jurídicas em diálogo constante com essa mesma sociedade.

Cabe às associações jurídicas promover uma cada vez maior aproximação à sociedade civil, organizando eventos, colóquios, conferências em que sejam discutidas

as grandes temáticas da área da justiça, à margem de um poder político que está refém de um enorme desconhecimento do que se passa no mundo do judiciário, permitindo-se, vezes de mais, fazer leis, promover reformas que estão completamente desfasadas da realidade vivida pelos profissionais do foro.

É fundamental que as associações jurídicas se empenhem num debate profícuo de ideias e que de um modo pedagógico passem uma mensagem esclarecida e clarividente sobre a forma de solucionar os problemas fundamentais da justiça.

Se é verdade que o poder político navega num profundo desconhecimento do judiciário, inocente ou não, não é menos verdade que mercê de uma sociedade de informação em que uma comunicação social menos esclarecida e isenta debita diariamente uma quantidade imensa de notícias pouco correctas, os cidadãos portugueses têm hoje uma grande desconfiança dos profissionais do direito.

A desconfiança, é, sobretudo, resultado do desconhecido e é precisamente isso que é preciso mudar e, neste ponto, as associações jurídicas podem e devem intervir.

É claro que uma função pedagógica das associações jurídicas, que permita dar a conhecer aos cidadãos o mundo do direito e dos tribunais acarreta numa sociedade como a de hoje um trabalho de fundo, que não terá resultados a curto prazo, mas que, talvez, a longo prazo, permita uma renovação de mentalidades.

Essa renovação de mentalidades e de cultura tem que ter como fim último que os cidadãos aceitem como um princípio basilar que só uma justiça independente permite afirmar uma democracia.

Esta não é uma ideia que possa ser vagamente conhecida e aceite pelos cidadãos, têm que estar verdadeiramente interiorizada por toda a sociedade.

É fulcral que os juristas, ligados pelo associativismo, que lhes permite obter coesão e voz numa sociedade que apesar de ser apelidada de sociedade de informação, tantas vezes só permite a alguns o acesso a essa mesma informação, discutam os problemas da justiça, avancem soluções e se empenhem no aprofundamento das mesmas.

Tenho como certo que é no seio das associações jurídicas que os caminhos que a justiça portuguesa há-de trilhar vão ser definidos.

Numa época e num país em que a especialização é fundamental é às associações dos profissionais do direito que cabe o papel fulcral de fazer o levantamento dos problemas e a enunciação daquelas que podem ser as soluções, numa primeira fase.

Numa segunda fase, é também às associações jurídicas que cabe um papel fulcral na implementação dessas reformas, com um grau de empenhamento que só os juristas sabem ter quando acreditam numa solução.

Nada disso será, no entanto, possível, enquanto a mencionada alteração de mentalidades não ocorrer.

E é aqui que há necessidade que os profissionais do direito se unam, norteados por suas ações pela função pedagógica de que atrás falei.

Os profissionais do direito, as associações jurídicas, devem procurar unir-se e ter vozes concordantes, para que não reste, para o exterior, afinal, a ideia, que cada uma apenas visa defender interesses corporativos dos seus associados.

Os cidadãos têm uma imagem, não correspondente à verdade, de que os profissionais das associações jurídicas têm como finalidade, tão somente, incrementar os direitos dos seus associados, alimentando guerras entre si.

É claro que há uma judicatura, uma advocacia, uma magistratura do MP, um funcionalismo judicial que tem legítimas aspirações profissionais e estatutárias, mas, no essencial, não são essas aspirações que movem os profissionais do direito.

Há muitos anos que todos estes trabalham por amor à justiça, em tribunais instalados em edifícios decrepitos (eu própria assisti ao desabar de um tecto num tribunal onde exerci funções, tecto esse que só não caiu na cabeça do MP, porque o julgamento que estava a decorrer era da jurisdição cível), sem ar condicionado, sem motoristas para os conduzir a diligências fora do tribunal, e, mesmo assim, com um empenho e um labor dignos de registo.

No essencial, advogados, magistrados, solicitadores, funcionários, estão de acordo e muitas vezes só o empolar, pela comunicação social, de determinadas questões de pormenor, é que faz inculcar a ideia de que existe uma guerra institucional, que, verdadeiramente, não se sente no dia-a-dia judiciário.

É realmente fundamental que as associações jurídicas unam esforços, promovendo encontros nacionais e concertando posições conjuntas, no sentido de assumirem a sua vertente pedagógica e de constituição de uma plataforma de discussão das soluções para a justiça.

O futuro das associações jurídicas passa pelo cultivar da excelência no debate, da transparência e fluidez do discurso e pelo arrebatar das novas gerações por uma cultura judiciária em que sobretudo os profissionais do direito tenham voz.

Só os profissionais do direito podem fomentar a excelência na discussão do mesmo, de nada servindo ideias, mesmo que muito promissoras, avisadas e inovadoras de economistas, gestores, sociólogos, se não for enformada pelos conhecimentos muito profundos sobre o jurídico que só os primeiros alcançam após muitos anos de labor e estudo.

Foi precisamente nessa senda que em 2003 se realizou o I Encontro Nacional de Associações Jurídicas, em Santarém, dando-se, nessa ocasião, um passo de enorme importância no incremento do associativismo jurídico, fomentando a intervenção da comunidade forense na sociedade portuguesa.

O Movimento de Justiça e Democracia, enquanto associação cívica de juizes portugueses, apoiou essa iniciativa e bem assim o teor das propostas então aprovadas.

É preciso que o espírito subjacente a essa iniciativa, tendente a uma actuação independente, mas concertada, nos continue a mover, norteados, como então, por uma perspectiva de cidadania e de defesa do interesse colectivo.

Não creio que sejam projectos messiânicos que vão devolver ao judiciário o respeito e o crédito.

Acredito, pois, que existe um futuro para o associativismo jurídico.

Santarém, 28 de Maio de 2011 – 10º Aniversário da Associação Forense de Santarém

Cristina Henriques Esteves